

Reunião Setorial na Eleitoral indica Ato no dia 30.

Venha para a Assembleia HOJE no TRT para fortalecer a luta pelo PCS

Servidores públicos federais tem todo o país preparam ou já iniciaram Greve contra a política de reajuste zero do governo Dilma. Os servidores do Judiciário sabem que o embate não é fácil. Há quase quatro anos lutam pelo PCS, em um contexto no qual o governo se recusa a dar o reajuste anual para o funcionalismo. Mas em 2012, ano de eleição, as declarações de representantes da cúpula do Judiciário favoráveis ao PCS, como a do parecer do Procurador Geral da República, começam a mostrar um contexto mais favorável para a categoria sair à luta e conquistar o reajuste.

Em Reunião Setorial realizada nesta terça-feira, dia 22, os servidores do TRE/SC aprovaram a realização de Ato/Assembleia no dia 30 de maio, às 16 horas, na Justiça Eleitoral. O indicativo será levado para a Assembleia nesta quarta-feira, 23, às 13h30, no TRT. Nas falas, a avaliação foi a de que os servidores do Judiciário em todo o país estão se preparando para um embate mais forte para aprovar o PCS, e Santa Catarina não pode ficar apática, como não ficou quando foi preciso pressionar os três poderes para aprovar os PCSs 1, 2 e 3.

A decisão de fazer o Ato/Assembleia no TRE/SC é estratégica, porque a Justiça Eleitoral se prepara para as eleições, fato que implica poder de pressão junto à cúpula do Judiciário, Executivo e Legislativo. Por isso, nesta quarta-feira, é fundamental que os servidores participem da Assembleia no TRT. A decisão dos colegas da Justiça Eleitoral é uma referência de luta para que a categoria como um todo acumule forças para construir um movimento cada vez maior, as-

sim como está acontecendo em outras categorias, como as do Executivo.

GREVE NAS UNIVERSIDADES

Os docentes das universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ), de São Paulo (Unifesp) e Fluminense (UFF) aderiram nesta terça-feira, 22, à Greve nacional dos professores. A adesão à Greve dos docentes da UFRJ e da Unifesp foi votada nesta terça em assembleias consideradas históricas pelo número de professores presentes e terá início a partir desta quarta. Até o momento são 47 seções sindicais de 43 instituições federais de ensino (41 universidades e dois institutos federais) com as atividades suspensas por tempo indeterminado.

É com essa mesma determinação que, mais uma vez, vamos reforçar a mobilização e construir um movimento que se some aos dos servidores do Executivo, também com seus vencimentos carcomidos pelas perdas da inflação.

Nesta quarta, convide o colega de setor e desça à rampa do TRT. A luta dos trabalhadores só anda no coletivo. Não dá mais para ficar sujeito a metas que não levam em conta as peculiaridades de cada tribunal e fazem servidores e magistrados adoecerem. Não dá mais para ver impostas as diretrizes de planejamento, feitas com uma vaga, quase nula, participação dos servidores, e deixar de lado a voz mais decisiva na formulação dessas diretrizes. E dá, sim, para, juntos, como estão fazendo os servidores do Executivo, unir forças para, em propício ano eleitoral, fazer o PCS ir à votação e corrigir as perdas que se acumulam dia a dia. Depende da gente!

Deputado Augusto Carvalho apresenta emenda incluindo PCS na MP nº 568

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) apresentou emenda que inclui o PCS dos servidores do Judiciário Federal na Medida Provisória nº 568/2012, que prevê reajustes variados para o funcionalismo público federal. A proposta foi apresentada na Comissão Especial Mista que analisa a MP.

Augusto Carvalho explica que a inclusão do Plano de Cargos e Salários do Judiciário à medida provisória tem como objetivo dar celeridade ao debate sobre a questão. O PL 6613/09 encontra-se parado na Comissão de Finanças e Tributação.

O deputado lembra que o projeto ainda não foi aprovado porque o governo federal alega não haver dotação orçamentária para atender à reivindicação dos servidores do Judiciário. Segundo o parlamentar, a argumentação da presidente Dilma Rousseff era de que não havia espaço para reajustes salariais por causa da crise econômica mundial.

"Mas, agora, com essa sinalização (medida provisória) de que existem recursos para conceder aumento ao funcionalismo do Poder Executivo, acreditamos que existe clima favorável para atender o justo pleito da Justiça", justificou o parlamentar.

A assessoria do deputado Augusto Carvalho informa que ele incorporou ao texto de sua emenda as alterações feitas pelo relator, deputado Policarpo (PT-DF), ao projeto de lei, com o objetivo de sanar os obstáculos orçamentários para aprovação do PCS dos servidores do Judiciário.

"300 POR CENTO"

Mas a presidente Dilma Rousseff garantiu nesta segunda-feira, na mídia, que o Brasil está "300 por cento" preparado para enfrentar a atual crise financeira internacional. Dilma disse que o país tem um "conjunto de armas" para fazer frente às turbulências externas, em evento de assinatura de documento para a construção de uma ponte em Laguna (SC). "A situação na Europa tem se deteriorado nas últimas semanas, e as pessoas ficam se perguntando 'como é que fica o Brasil?' O Brasil fica muito bem", disse a presidente. Mas é a crise o argumento usado para travar o reajuste do Judiciário!

EMENDA TEM PESO POLÍTICO

De acordo com o assessor parlamentar da Fenajufe

Antônio Augusto Queiroz (Toninho do Diap), agora caberá à Comissão Especial Mista analisar todas as emendas apresentadas à MP, dar seu parecer e depois encaminhá-lo ao plenário do Congresso. Ele explica que a referida Comissão tem o prazo de 45 dias a partir da data da edição da MP, no caso o dia 11 de maio, quando a mesma foi publicada no Diário Oficial da União. No entanto, os parlamentares podem se posicionar antes do término desse prazo de 45 dias.

Quanto à relevância da emenda, o assessor avalia que ela terá um peso político importante, uma vez que poderá ajudar nas negociações entre os poderes. "Embora os reajustes previstos na MP já estejam sendo pagos a algumas categorias, pelo fato de a Medida ter substituído um projeto do ano passado (PL 2203/11), que concede reajuste para carreiras do Executivo, o deputado aproveitou a oportunidade para colocar em discussão o PL do Judiciário, ainda que a emenda tenha eficácia a partir de 2013", afirma o assessor parlamentar, ao explicar a validade da emenda.

AMPLIAR O MOVIMENTO

Na avaliação da Fenajufe, a iniciativa do deputado Augusto Carvalho contribui nas discussões em torno dos PCSs e coloca em evidência a política do governo federal em pautar reajuste para apenas algumas categorias, quando na verdade a precarização atinge praticamente todo o funcionalismo público federal. "Como o governo não acenou concretamente com qualquer acordo, a iniciativa tem um peso político importante. Mas isso passa pela negociação entre o STF, a PGR e o Palácio do Planalto, que, por sua vez, historicamente aconteceu a partir da pressão da categoria. Por isso, é cada vez mais urgente a construção de um movimento mais acirrado", ressalta Jean.

A MP prevê pequenos reajustes para setores do funcionalismo público federal, mas também está sendo criticada por sindicatos que veem nela ataques aos trabalhadores ao limitar os adicionais de insalubridade e periculosidade e levar até à redução salarial em alguns setores, caso dos médicos da saúde federal. *Com informações da Fenajufe*